

PROGRAMA DETALHADO DOS MÓDULOS - 2012

Módulo 1 - INTRODUÇÃO AO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA.

- 1.1 Considerações iniciais sobre a indústria de energia elétrica. Características do produto.
- 1.2 Conceitos básicos de física e de unidades de medição - força, trabalho, potência, energia, energia elétrica, tensão, volts, kW, kWh etc.
- 1.3 Um pouco de história para entender o presente - Breve histórico do desenvolvimento dos serviços de energia elétrica – O desenvolvimento tecnológico e o “círculo virtuoso”.
- 1.4 Origens e evolução do “Setor brasileiro de energia elétrica” – O Código de Águas e o serviço pelo custo.
- 1.5 O Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934 – Código de Águas.
- 1.6 O Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957.
- 1.7 A Constituição Federal de 1988 e o setor de energia elétrica.
- 1.8 Adendo – Energia Reativa.
- 1.9 Adendo – MWmédio.

Módulo 2 - FUNDAMENTOS DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA.

- 2.1 Segmentação das atividades físicas para os serviços de energia elétrica: geração, transmissão, distribuição.
- 2.2 Caracterização dos serviços de energia elétrica.
 - 2.2.1 Quanto ao tipo de atividade.
 - Geração.
 - Transmissão.
 - Distribuição.
 - 2.2.2 Quanto ao regime de exploração da energia elétrica.
 - Regime das Concessões no setor de energia elétrica.
 - Regime das Permissões no setor de energia elétrica.
 - Regime das Autorizações no setor de energia elétrica.
 - 2.2.3 Quanto à modalidade da exploração econômica da energia elétrica.
 - Serviços Públicos.
 - Exploração como prestação de serviços públicos.
 - Exploração como produção independente de energia elétrica.
 - Exploração como autoprodução de energia elétrica.
- 2.3 As outorgas para a exploração dos serviços.

- 2.3.1 Usinas hidrelétricas.
- 2.3.2 Usinas termelétricas.
- 2.3.3 Geração com fontes alternativas.
- 2.3.4 Linhas de transmissão.
- 2.3.5 Distribuição de energia.
- 2.3.6 Comercialização de energia.
- 2.3.7 Importação e exportação.
- 2.3.8 A questão da desapropriação.
- 2.4 As Leis nº 8.987/95, nº 9.074/95, nº 9.427/96, nº 9.648/98, nº 10.438/04 e nº 10.848/04 e os Decretos nº 2.003/96 e nº 5.163/04.
- 2.5 O projeto de consolidação das leis setoriais.
- 2.6 A matriz energética brasileira.
- 2.7 Características básicas do sistema brasileiro de geração de energia elétrica: único no planeta.

Módulo 3 - O MERCADO BRASILEIRO DE ENERGIA ELÉTRICA E SEUS AGENTES.

- 3.1 Sistemas Isolados e Sistema Interligado.
- 3.2 Consumidores cativos, livres e potencialmente livres.
- 3.3 O conceito de unidade consumidora.
- 3.4 O mercado: classes de consumidores cativos.
- 3.5 Comportamento dos consumidores. A importância das "Curvas de Carga".
- 3.6 Grandes consumidores e Autoprodutores.
- 3.7 Agentes setoriais que desenvolvem atividades básicas.
 - 3.7.1 Concessionárias de distribuição.
 - 3.7.2 As cooperativas de eletrificação rural.
 - 3.7.3 Geradores de Serviço Público.
 - 3.7.4 Produtores Independentes - PIEs.
 - 3.7.5 Comercializadores.
 - 3.7.6 Empresas de transmissão.
- 3.8 Agentes setoriais que apóiam e/ou definem as políticas e regulamentos e que fiscalizam.
 - 3.8.1 CNPE - Conselho Nacional de Política Energética.
 - 3.8.2 MME - Ministério de Minas e Energia.
 - 3.8.3 ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica e Agências Estaduais.
 - 3.8.4 CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.
 - 3.8.5 EPE - Empresa de Pesquisa Energética.

3.8.6 ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

3.9 Agentes setoriais que apóiam e/ou coordenam atividades setoriais.

3.9.1 CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

3.9.2 ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Módulo 4 - A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – HIDRELÉTRICAS.

4.1 O potencial hidrelétrico brasileiro. A Constituição Federal.

4.2 O potencial hidrelétrico da Amazônia – Uma dádiva da natureza.

4.3 Como funciona uma usina hidrelétrica.

4.4 Usinas: isoladas, interligadas e integradas.

4.5 Períodos seco e úmido.

4.6 O aproveitamento ótimo de um rio. A Lei nº 9.074/95.

4.7 Hidrelétricas: a fio d'água e com reservatórios. Regularização anual e plurianual.

4.8 Usinas de ponta e de base.

4.9 Estudos de inventário, viabilidade e elaboração de projetos. Resoluções nº 393/98, 395/98 e 398/01.

4.10 A otimização da operação: energia assegurada, energia secundária.

4.11 O MRE – Mecanismo de Realocação de Energia.

4.12 A criação da ANA e suas implicações no setor de energia elétrica. As Leis nº 9.433/97 e nº 9.984/00.

Módulo 5 - A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – TERMELÉTRICAS.

5.1 A importância da complementação térmica.

5.2 Regulamentação e a regulação da termelétricidade.

5.3 Como funciona uma usina termelétrica.

5.4 Os combustíveis para as usinas termelétricas.

5.5 Gás Natural – o combustível e os contratos.

5.6 Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009 – Lei do Gás.

5.7 O carvão mineral.

5.8 Biomassa.

5.9 Urânio e a geração termonuclear.

5.10 A questão constitucional: Pode o investidor privado construir e operar usinas nucleoeletricas?

5.11 O programa prioritário de termelétricas e suas dificuldades.

5.12 A expansão da geração termelétrica no Brasil.

5.13 A co-geração – A Resolução nº235/06.

- 5.14 A geração distribuída.
- 5.15 O lastro físico de usinas termelétricas.
- 5.16 A autorização (e registro) para usinas termelétricas.

Módulo 6 - OUTRAS FONTES DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.

- 6.1 Energia de ITAIPU Binacional e da ELETRONUCLEAR.
- 6.2 Energias Alternativas.
- 6.3 O PROINFA – A Lei nº10.438/02. As licitações realizadas.
- 6.4 Energia Eólica – Tecnologia para produção, potencial e situação atual.
- 6.5 As PCHs. – A Resolução nº 652/03.
- 6.6 Biomassa.
- 6.7 Outras fontes alternativas não incluídas no PROINFA.
 - 6.7.1 Energia Solar – Fotovoltaica.
 - 6.7.2 Energia Maremotriz.
 - 6.7.3 Energia Geotérmica.
 - 6.7.4 Torres solares.
 - 6.7.5 Células Combustíveis de Hidrogênio.
- 6.8 A autorização (e registro) para usinas eólicas.
- 6.9 Condições especiais de acesso à Rede Básica para fontes alternativas.
- 6.10 Os demais incentivos para investimentos na geração com fontes alternativas.
- 6.11 O MDL e os Créditos de Carbono.

Módulo 7 - A TRANSFORMAÇÃO E A TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.

- 7.1 Introdução.
- 7.2 Razões para operar com diferentes níveis de tensão. As linhas de transmissão.
- 7.3 Como é processada a mudança de tensão. As subestações.
- 7.4 A construção e manutenção de linhas de transmissão.
- 7.5 Os raios e as linhas de transmissão.
- 7.6 Caracterização física e legal da rede básica – Lei nº 9.074/95 e a Resolução nº 067/04. O Sistema Interligado Nacional.
- 7.7 Configuração principal da rede básica e principais expansões.
- 7.8 A desverticalização da transmissão. A Lei nº 10.848/04.
- 7.9 A atividade de transmissão.
- 7.10 As licitações de concessão de transmissão.
- 7.11 As receitas das empresas de transmissão. A TUST.
- 7.12 A parcela variável das RAPS.

- 7.13 O acesso e o uso de sistemas de transmissão. Resolução da ANEEL. Os procedimentos de rede.
- 7.14 Qualidade do serviço de transmissão.
- 7.15 O papel do ONS na administração da transmissão.
- 7.16 A faixa de Servidão – Servidão Administrativa.
- 7.17 Interligações com países vizinhos.

Módulo 8 - A DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – 1ª PARTE.

- 8.1 Introdução.
- 8.2 A atividade de distribuição de energia elétrica.
- 8.3 O contrato de concessão. A Lei nº 8.987/95.
- 8.4 A regulação da prestação de serviços - Resolução nº 414/10.
- 8.5 O atendimento inicial – conceitos básicos.
- 8.6 A universalização dos serviços. A obrigação de atender o mercado cativo. A Lei nº 10.438/02 e a Resolução nº 223/03.
- 8.7 Encargos dos consumidores – novas ligações - Lei nº 10.438/02- Res. nº 414/10.
- 8.8 Indicadores de qualidade e de continuidade dos serviços.
- 8.9 Medição, Ponto de Entrega e faturamento.
- 8.10 A iluminação pública.
- 8.11 Os Conselhos de Consumidores. Lei nº 8.631/93 e Res. nº 451/2011.
- 8.12 O Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC.

Módulo 9 - A DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – 2ª PARTE.

- 9.1 Compra compulsória da energia elétrica de Itaipu.
- 9.2 O repasse de custo da energia comprada para as tarifas - Decreto nº 5.163/04.
- 9.3 A responsabilidade objetiva.
- 9.4 Os limites de participação no mercado.
- 9.5 O compartilhamento de instalações.
- 9.6 Os procedimentos de distribuição.
- 9.7 O acesso e o uso dos sistemas de distribuição. Resolução nº 281/99.
- 9.8 A regularização de Cooperativas.
- 9.9 As pequenas empresas de distribuição. Lei nº 10.848/04.
- 9.10 O atendimento telefônico.
- 9.11 A incorporação de redes.

Módulo 10 - AS PERDAS NAS REDES E OS CORTES DE FORNECIMENTO.

- 10.1 Introdução.
- 10.2 Perdas na Rede de Transmissão. Regulação.
- 10.3 Perdas Técnicas: Razões, avaliações e redução.
- 10.4 Perdas Comerciais:
 - 10.4.1 Furto de energia: ligações clandestinas e fraudes.
 - 10.4.2 Medidas para redução dos furtos de energia elétrica.
 - 10.4.3 A medição externa.
 - 10.4.4 Outras perdas comerciais.
 - 10.4.5 Outros furtos.
- 10.5 Repasse das perdas nas tarifas de fornecimento.
- 10.6 Cortes de fornecimento.
 - 10.6.1 Legislação e Regulação.
 - 10.6.2 Jurisprudência.
 - 10.6.3 Poderes públicos.
- 10.7 A cobrança judicial
 - 10.7.1 Ação executiva.
 - 10.7.2 Outras ações de cobrança dos débitos.

Módulo 11 - A REGULAMENTAÇÃO E A REGULAÇÃO SETORIAL. O FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA SETORIAL.

- 11.1 O ordenamento jurídico – A pirâmide jurídica.
- 11.2 Regulamentação e regulação.
- 11.3 A instituição das Agências.
- 11.4 As Leis nº 9.427/96 e 10.848/04 e o Decreto nº 2.335/97.
- 11.5 A Estrutura da ANEEL.
- 11.6 O processo decisório da ANEEL e os recursos.
- 11.7 Processos de Audiências Públicas.
- 11.8 Tarifas.
- 11.9 Contratos entre partes relacionadas.
- 11.10 As resoluções polêmicas da ANEEL.
- 11.11 Ouvidoria da ANEEL.
- 11.12 Gestão e estudos hidroenergéticos.
- 11.13 As atividades de fiscalização.

- 11.14 As Penalidades. A Resolução nº 063/04.
- 11.15 O MME.
- 11.16 As agências estaduais. A Lei nº 9.427/96.

Módulo 12 – A QUESTÃO AMBIENTAL.

- 12.1 Introdução.
- 12.2 A legislação ambiental aplicável ao setor de energia elétrica.
- 12.3 Um breve comentário sobre questões legais.
- 12.4 A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.
- 12.5 O novo Código Florestal.
- 12.6 Procedimentos para licenciamentos ambientais.
- 12.7 Os limites para compensação ambiental.
- 12.8 Aspectos ambientais vinculados às usinas hidrelétricas.
- 12.9 Estratégias do setor- questionamento ambientais às hidrelétricas.
- 12.10 Aspectos ambientais de usinas termelétricas: carvão, petróleo e gás.
- 12.11 Aspectos ambientais de usinas com geração a partir da biomassa.
- 12.12 Aspectos ambientais de usinas com geração a partir da energia eólica.
- 12.13 Aspectos ambientais de usinas com geração a partir da energia solar.
- 12.14 Aspectos ambientais de usinas nucleares.
- 12.15 Aspectos ambientais de sistemas de transmissão.

Módulo 13 - DEBATE DIRIGIDO: TEMAS DOS MÓDULOS 1 A 12.

Módulo 14 - TARIFAS NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA - 1ª PARTE.

- 14.1 Distinção entre "tributos", "tarifas" e "preços".
- 14.2 Formas básicas de tarifação.
- 14.3 Rápido histórico de tarifas no Brasil – O serviço pelo custo.
- 14.4 Objetivos da "política tarifária" – Lei nº 8.987/95.
- 14.5 O Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968.
- 14.6 A abertura e o realinhamento das tarifas.
- 14.7 As tarifas de fornecimento hoje praticadas no mercado cativo.
- 14.8 Tarifas horo-sazonais.
- 14.9 Exemplos numéricos de cálculos de tarifas médias.

- 14.10 Enquadramento de consumidor residencial de baixa renda e a tarifa social.
- 14.11 Estrutura tarifária – Atualização.
- 14.12 Comparações Internacionais de Tarifas.
- 14.13 Tarifa Atualizada de Referência.
- 14.14 Tarifa de Energia de Otimização – TEO.

Módulo 15 - TARIFAS NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA - 2ª PARTE.

- 15.1 Os custos de uma distribuidora.
- 15.2 A TE - Tarifa de energia.
- 15.3 As tarifas de uso do sistema de distribuição - TUSD.
- 15.4 Componentes da TUSD.
- 15.5 Cálculo e aplicação dos componentes da TUSD.
- 15.6 TUSD para consumidores ligados em 230 kV.
- 15.7 As TUSDs para geradores.
- 15.8 Reajustes e revisões de tarifas.
- 15.9 Os procedimentos para reajustes de tarifas – TE e TUSD.
- 15.10 Os procedimentos para revisões de tarifas – TE e TUSD.
- 15.11 As tarifas de uso do sistema de transmissão - TUSTs.
- 15.12 A revisão das Receitas Anuais Permitidas (RAPs)
- 15.13 O Programa NODAL.
- 15.14 A redução das TUSTs e das TUSDs para “consumidores especiais”.
- 15.15 Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

Módulo 16 - RECURSOS FINANCEIROS PARA O SETOR.

- 16.1 Introdução.
- 16.2 Taxas de retorno razoáveis para as atividades setoriais.
- 16.3 Aportes de capital pelos acionistas. Recursos próprios.
- 16.4 Recursos Operacionais.
- 16.5 Fontes de financiamento do setor estatizado.
- 16.6 Financiamentos da ELETROBRÁS.
- 16.7 Linhas de financiamentos do BNDES.
- 16.8 Financiamentos e Garantias do BID para investidores privados.
- 16.9 Financiamentos do BIRD para investidores privados.

- 16.10 Financiamento de Bancos Comerciais.
- 16.11 Fundos de Investimento em Participações.
- 16.12 Agências de Crédito à Exportação (ACE).
- 16.13 Project Finance.
- 16.14 As parcerias público-privadas – Introdução.
 - 16.14.1 A “lei de participação” – Lei nº 5.962/73.
 - 16.14.2 O decreto nº 915 de 6 de setembro de 1993.
 - 16.14.3 A Lei nº 9.074/95 e o Decreto nº 1.717/95.
 - 16.14.4 As PPPs – Legislação básica.
 - 16.14.5 Fundo Garantidor de parcerias público-privadas FGP.
 - 16.14.6 Legislação estadual de PPPs.
- 16.15 O mercado de Crédito de Carbono – Origem.
 - 16.15.1 Regras Internacionais Básicas – Etapas para obtenção dos certificados.
 - 16.15.2 Enquadramento de projetos no Brasil.
 - 16.15.3 Situação de Projetos na CIMGC.
 - 16.15.4 O Mercado Brasileiro de Reduções de Emissões.
 - 16.15.5 O Banco de Projetos BM&F.
 - 16.15.6 Um caso concreto de projeto.
 - 16.15.7 O financiamento de projetos por Certificados de Reduções de Emissões.

Módulo 17 - AS REFORMAS INSTITUCIONAIS DO SETOR.

- 17.1 Os precedentes – As várias fases.
- 17.2 A reforma do setor de energia elétrica em alguns outros países - rápido panorama.
- 17.3 A reforma do modelo institucional na década de 1990.
- 17.4 A transição e os contratos iniciais. A Lei nº 9.648/98.
- 17.5 As privatizações.
- 17.6 A crise de abastecimento em 2001/2002.
- 17.7 A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
- 17.8 Principais alterações introduzidas pelo atual Governo. As Leis nºs 10.847/04 e 10.848/04 e o Decreto nº 5.163/04.
- 17.9 As alterações introduzidas pela Lei nº 11.488/07.
- 17.10 As alterações introduzidas pela Lei nº 11.943/09.
- 17.11 As alterações introduzidas pela Lei nº 12.111 de 09/12/2009.
- 17.12 As alterações introduzidas pela Lei nº 12.212 de 20/01/2010.
- 17.13 As alterações introduzidas pela Lei nº 12.375 de 30/12/2010.
- 17.14 As alterações introduzidas pela Lei nº 12.385, de 3/3/2011.

17.15 As alterações introduzidas pela Lei nº 12.431, de 27/6/2011.

17.16 Quadro com as principais leis relativas ao modelo institucional desde 1995.

Módulo 18 - A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - 1ª PARTE.

18.1 Introdução. Ambientes de contratação: regulada e livre.

18.2 A comercialização no mercado cativo.

18.3 A Lei nº 10.848/04 e o Decreto nº 5.163/04.

18.4 A contratação compulsória.

18.5 Os lastros contratuais.

18.6 Os leilões de energia elétrica no ambiente regulado.

18.7 Leilões de energia de empreendimentos existentes.

18.8 Sistemática dos leilões de venda de energia de empreendimentos existentes.

18.9 A ampliação da geração. Leilões de energia de novos empreendimentos.

18.10 Sistemática dos leilões de venda de energia de novos empreendimentos.

18.11 Os preços dos contratos na modalidade de "disponibilidade".

18.12 Leilão de Fontes Alternativas.

18.13 Resumo dos leilões de compra e venda de energia.

18.14 Leilões de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte.

Módulo 19 - A COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (2) – Introdução à CCEE

19.1 Os contratos – estrutura, revisões e outros aspectos.

19.2 Os leilões de ajustes.

19.3 A contratação da "Energia de Reserva" e Leilões de Reserva.

19.4 Comercialização de energia de geradores incentivados.

19.5 As "pequenas distribuidoras".

19.6 A comercialização no "mercado livre".

Introdução à CCEE

19.7 Por que é necessária uma instituição como a CCEE?

19.8 Antecedentes: o MAE e ASMAE.

19.9 A Lei nº 10.848/04 e o Decreto nº 5.177/04.

19.10 A convenção de comercialização.

19.11 As atribuições básicas da CCEE.

19.12 A governança da CCEE.

19.13 Contratos bilaterais e o mercado de curto prazo.

19.14 Submercados.

Módulo 20 - A CCEE e as Regras de Comercialização.

- 20.1 O SCL – Sistema de Contabilização e Liquidação.
- 20.2 Regras de Comercialização – Visão geral.
- 20.3 Módulo 1 – Preço de liquidação das diferenças – PLD.
- 20.4 Módulo 2 – determinação da geração e consumo de energia.
- 20.5 Módulo 3 – Contratos.
- 20.6 Módulo 4 – Garantias Físicas (ex Energias Asseguradas).
 - 20.6.1 Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.
 - 20.6.1 Mecanismo de Redução de Garantia física – MRA.
- 20.7 Módulo 5 – “ Excedente Fianceiro”.
- 20.8 Módulo 6 – “Os Encargos de Serviços do Sistema”.
- 20.9 Módulo 7 – Consolidação dos Resultados.
- 20.10 Módulo 8 – Ajuste de contabilização e recontabilização.
- 20.11 Contratação de energia de reserva.
- 20.12 Definições e interpretações.
- 20.13 Governança.
- 20.14 Liquidação.
- 20.15 Penalidades.
- 20.16 Regras para Reajuste da Receita de Venda de CCEAR por Disponibilidade.
- 20.17 Registro de Alterações.
- 20.18 Repasse do Custo de Sobrecontratação de Energia Elétrica.
- 20.19 Os Procedimentos de Comercialização.
- 20.20 Alguns dados da CCEE.
- 20.21 A questão tributária.

Módulo 21 - O ONS E A OPERAÇÃO OTIMIZADA.

- 21.1 Operação otimizada: ônus e bônus. Lei nº 5.899/73 e decreto nº 93.102/73.
- 21.2 O sistema interligado brasileiro.
- 21.3 A otimização energética.
- 21.4 A otimização elétrica.
- 21.5 O ONS. A lei nº 9.648/98.
- 21.6 A governança do ONS. A lei nº 10.848/04.
- 21.7 Atividades básicas do ONS.

- 21.8 Atividades desde o planejamento da operação à análise posterior.
 - 21.8.1 Planejamento Anual da Operação Energética.
 - 21.8.2 Planejamento da Operação Elétrica de Médio Prazo.
 - 21.8.3 Estudos de Segurança Operacional.
 - 21.8.4 Planejamento da Operação Energética – PEN.
 - 21.8.5 Planejamento da operação elétrica a curto prazo – quadrimestral e mensal.
 - 21.8.6 Programa mensal da operação energética - PMO.
 - 21.8.7 Programação diária da operação eletroenergética.
 - 21.8.8 A coordenação da operação em tempo real.
 - 21.8.9 Análises pós-operação: ocorrências e perturbações.
- 21.9 Os índices de desempenho.
- 21.10 Relatórios e Informações disponibilizadas pelo ONS.
- 21.11 As atividades do ONS na administração da transmissão.
- 21.12 Os procedimentos de rede.
 - Módulo 3: Acesso aos sistemas de transmissão.
- 21.13 Alguns dados do SIN em 2011.

Módulo 22 – ESTUDOS DE RISCOS SETORIAIS.

- 22.1 Riscos de racionamento.
- 22.2 Os grandes grupos de riscos para os investidores.
- 22.3 Os riscos políticos.
- 22.4 Os riscos da geração hidrelétrica.
 - 22.4.1 Riscos de projetos.
 - 22.4.2 Riscos operacionais.
 - 22.4.3 Riscos vinculados à Segurança de Barragens. Lei nº 12.334/10.
 - 22.4.4 Riscos comerciais.
 - 22.4.5 Riscos financeiros.
 - 22.4.6 Riscos políticos.
- 22.5 Os riscos na geração eólica.
 - Riscos de Construção.
 - Riscos de operação.
 - Riscos ambientais.
- 22.6 Os riscos na geração termelétrica.
 - 22.6.1 Riscos de construção.
 - 22.6.2 Riscos de operação.

- 22.6.3 Riscos em usinas nucleares.
- 22.7 Os riscos na atividade de transmissão.
 - 22.7.1 Riscos de construção.
 - 22.7.2 Riscos de operação.
 - 22.7.3 Riscos comerciais.
 - 22.7.4 Riscos de financeiros.
- 22.8 Os riscos da distribuição.
 - 22.8.1 Riscos de sub contratação na compra de energia.
 - 22.8.2 Riscos de sobre contratação na compra de energia.
 - 22.8.3 Riscos de falta de repasse do custo da energia comprada para tarifas.
 - 22.8.4 Riscos vinculados aos ressarcimentos de danos aos consumidores.
 - 22.8.5 Riscos de insuficiência de caixa decorrentes de inadimplência.
 - 22.8.6 Riscos de insuficiência de receitas decorrentes de perdas comerciais.
 - 22.8.7 Riscos nas revisões e reajustes tarifários.
 - 22.8.8 Riscos de perda de grandes consumidores.
 - 22.8.9 Riscos decorrentes do Código de Defesa dos Consumidores.

Módulo 23 – OS CONTRATOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES SETORIAIS.

- 23.1 INTRODUÇÃO.
- 23.2 CONTRATOS DE CONCESSÃO.
 - 23.2.1 Concessão de serviços públicos de geração.
 - 23.2.2 Concessão de uso de bem público para produção independente e autoprodução.
 - 23.2.3 Concessão de transmissão.
 - 23.2.4 Concessão de distribuição.
 - 23.2.5 As prorrogações de concessões.
- 23.3 CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA.
 - 23.3.1 Contratos de fornecimento pelas distribuidoras.
 - 23.3.2 Contratos de suprimento resultantes dos principais leilões (CCEARs).
 - 23.3.3 Contratos de Ajuste.
 - 23.3.4 Contrato de Compra de Energia Incentivada – CCEI.
 - 23.3.5 Contrato de Compra e Venda de Energia (entre distribuidoras)– CCE.
 - 23.3.6 Contratos que resultam do Leilão de Reserva.
 - 23.3.7 Contratos de compra e venda de energia no ambiente livre.
 - 23.3.8 Contratos firmados por “Consumidor Parcialmente Livre”.
- 23.4 CONTRATOS DE “TRANSPORTE DE ENERGIA”.

- 23.4.1 Contratos de prestação de serviços de transmissão – CPST.
- 23.4.2 Contratos de conexão ao sistema de transmissão – CCT.
- 23.4.3 Contratos de uso do sistema de transmissão – CUST.
- 23.4.4 Contratos de constituição de garantia – CCG – Um banco.
- 23.4.5 Contratos de conexão ao sistema de distribuição - CCD.
- 23.4.6 Contrato de uso dos sistemas de distribuição – CUSD.
- 23.5 OUTROS CONTRATOS
 - 23.5.1 Contratos de Itaipu.
 - 23.5.2 Contratação de Reserva de Capacidade por PIE e Autoprodutores.
 - 23.5.3 Contratos de Serviços Ancilares – CPSA.
 - 23.5.4 Contratos de Construção.
- 23.6 Contratos entre partes relacionadas.
- 23.7 Arbitragem.
- 23.8 Esquemas de relacionamento contratual - transporte de energia.

Módulo 24 - SUBSÍDIOS, TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS.

- 24.1 Introdução.
- 24.2 Subsídios para a geração a carvão.
- 24.3 Subsídios para sistemas isolados.
- 24.4 Subsídios para a geração com fontes alternativas.
- 24.5 Subsídios para transporte do gás natural.
- 24.6 Subsídios para Consumidores de Baixa Renda e Universalização.
- 24.7 Subsídios cruzados.
- 24.8 RGR - Reserva Global de Reversão - formação e aplicação.
- 24.9 Compensação financeira pelo uso de recursos hídricos.
- 24.10 CCC - Conta de Compensação de Combustíveis Fósseis.
- 24.11 Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica.
- 24.12 "Contribuição" para Desenvolvimento Tecnológico.
- 24.13 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.
- 24.14 PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de EE.
- 24.15 Encargos de Serviços de Sistema.
- 24.16 Uso de bem público.
- 24.17 Encargo de Energia de Reserva.
- 24.18 Contribuição para custeio da iluminação pública.

24.19 ICMS sobre a energia elétrica.

24.20 PIS e COFINS.

24.21 REIDI.

24.22 Imposto Sobre Serviços – ISS.

Módulo 25 - Apresentação e discussão regulatória de tema sugerido pelos alunos.

Neste módulo, a ser desenvolvido no segundo semestre, será feita uma apresentação (sob aspecto regulatório), seguida de debates, sobre assunto de interesse da turma e que se mostre oportuno em função dos acontecimentos de 2012. Exemplo: renovação das concessões.

Módulo 26 - DEBATE DIRIGIDO: TEMAS DOS MÓDULOS 14 A 24.

Módulo Extra – Opcional – para não advogados - Conceitos Jurídicos Básicos.

E.1 Introdução.

E.2 As normas jurídicas.

E.3 O Ordenamento Jurídico Brasileiro.

E.4 O processo Legislativo.

E.5 A interpretação das leis.

E.6 Os Poderes constituídos: Executivo, Legislativo e Judiciário.

E.7 O Ministério Público.

E.8 As ações judiciais.